

APRENDIZAGEM PARA TODOS: AS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA FORMAÇÃO DOCENTE PARA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DOENÇAS CRÔNICAS NO ENSINO REGULAR

Suelen Mota Sales Abreu ¹
Daniel Mól Machado ²

RESUMO

O aumento da incidência de doenças crônicas em crianças e adolescentes tem se tornado uma preocupação. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta que, no Brasil, 9 a 11% das crianças convivem com alguma condição crônica de saúde, o que evidencia a importância de medidas que promovam sua inclusão educacional. O diagnóstico de uma doença crônica ainda na infância impacta, diretamente, o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional de crianças em idade escolar, demandando atenção especial dos educadores para promover sua participação nas escolas. O estudo busca apresentar uma pesquisa realizada em uma unidade educacional no Rio de Janeiro, que investigou a necessidade de formação do professor para integrar recursos tecnológicos em suas práticas, a fim de promover um ensino inclusivo para esses estudantes no grupo regular. Considerando poucas pesquisas relacionadas ao tema no contexto educativo, foi realizado um estudo, para identificar necessidades específicas na formação do professor. Os dados coletados serviram de base para avaliar a necessidade de formação docente para utilização das tecnologias digitais em práticas de ensino acessíveis as crianças e adolescentes que vivenciam uma condição de saúde, possibilitando a participação ativa desses estudantes no processo educativo. Os resultados da pesquisa sugeriram o desenvolvimento de ações formativas que proporcionem um ensino equitativo para esses estudantes nas escolas.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Condições Crônicas de Saúde, Formação de Professores, Cultura Digital.

INTRODUÇÃO

Caracterizadas como um conjunto de comorbidades relacionadas a saúde, as doenças crônicas, são responsáveis por provocar disfunções imunológicas de grande impacto na vida de uma pessoa. Conforme salienta Neves *et al.* (2017), ao afetar o público infantil, essas condições podem gerar necessidades educativas específicas, comprometer o desenvolvimento cognitivo e interferir diretamente no processo de aprendizagem. As necessidades não se restringem apenas às deficiências, mas estão relacionadas a crianças e adolescentes que vivenciam condições de saúde, as quais a

¹ Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário Carioca - UNICARIOCA, suelen.msabreu@gmail.com;

² Mestre em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, dmachado@unicarioca.edu.br;



impossibilitam ter uma boa qualidade de vida, como a doença falciforme, diabetes, alergias respiratórias crônicas, doenças inflamatórias intestinais, entre outras. Essas condições podem interferir na participação em atividades cotidianas, tais como as relacionadas ao processo de aprendizagem escolar.

Um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta sua prevalência em crianças na faixa etária de 0 a 4 anos registrando 9,1% de casos. O índice eleva para 9,7% entre crianças de 6 a 9 anos, sendo ainda maior nos adolescentes de 14 a 19 anos, atingindo 11% de casos diagnosticados. Esses dados validam a presença de crianças e adolescentes com necessidades específicas relacionadas à saúde, em idade escolar.

Sousa e Silva (2020) destaca que, esse público se depara com desafios iminentes relacionados a hospitalizações frequentes. As ausências são ocasionadas pela necessidade de cuidados e bem estar para obter uma melhor condição de vida, aspecto importante para o bom desempenho educativo. Nesse contexto, o aluno com uma condição de saúde específica enfrenta dificuldades maiores relacionadas a aprendizagem, já que as ausências, o afastam por longos períodos do ambiente escolar. Diante disso, adaptações pedagógicas se fazem necessárias para o alcance desses estudantes nos sistemas de ensino.

Pinto *et al.* (2017) sinalizam que a formação inicial e contínua dos professores é um fator que demanda atenção, uma vez que um corpo docente qualificado pode oferecer condições propícias para inclusão desse grupo nas escolas. A atuação junto a esses estudantes exige conhecimentos que vão além das propostas de ensino, envolvendo uma compreensão mais ampla dos aspectos relacionados ao seu desenvolvimento. O reconhecimento, por parte dos docentes, dos fatores que perpassam a condição de vida dessas crianças e adolescentes, pode contribuir no processo de aprendizagem desse grupo.

No que se refere ao processo de ensino, corroboramos com Mantoan (2015) sobre o avanço das tecnologias digitais no mundo contemporâneo, elas surgem como novas possibilidades de aperfeiçoamento a formação do professor. Seu uso pode ampliar práticas voltadas para equidade e inclusão de grupos público alvo da educação inclusiva.

Plataformas digitais, ambientes virtuais de aprendizagem, jogos educativos e ferramentas de comunicação e colaboração, apresentam-se como estratégias que podem favorecer o acesso a educação. Promover a qualificação do professor para o uso desses



recursos em contextos de ensino pode oferecer ajustes curriculares para atender as particularidades específicas apresentadas por esse público nos sistemas educacionais.

Diante do exposto, o estudo objetivou investigar a formação do professor para utilização das tecnologias digitais em práticas de ensino voltadas à inclusão, com o propósito de oferecer suporte educacional a crianças e adolescentes com condições específicas de saúde inseridos no ensino regular e que apresentam dificuldades de aprendizagem.

REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão educacional e a formação do professor

O cenário socioeducacional contemporâneo revela diversos desafios a serem superados na formação do professor para atendimento a diversidade de estudantes nas escolas. Entre esses desafios, destaca-se o processo de inclusão de alunos que, por apresentarem necessidades específicas, historicamente foram excluídos do processo educativo.

Santos e Ogasawara (2023) enfatizam que os debates acerca do processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais apenas foram iniciados a partir da década de 90, processo recente, que ocorreu em virtude de pressões sociais para reconhecimento dos direitos desses cidadãos. A inclusão, dessa forma, só é percebida nas legislações educacionais a partir dessa década, intensificando discussões sobre o processo de inclusão nas escolas.

Diante desse contexto, preconceitos e discriminações foram fomentados ao longo dos anos, impossibilitando que crianças e adolescentes tivessem sua potencialidades educacionais desenvolvidas, devido a negação do seu direito a educação. No entanto, a transição entre as décadas de 80 e 90, assinala um marco, onde é possível constatar avanços significativos nas legislações educacionais para promoção da educação inclusiva.

A Constituição Federal (1988) em seu artigo 205, assegura o direito à educação à todos os portadores de deficiência, preferivelmente na rede regular de ensino e fundamenta no artigo 208 o dever do Estado com o Atendimento Educacional Especializado. Essa atitude reafirma o compromisso com a educação à toda criança e adolescente em igualdade de acesso e permanência nas instituições educativas, reforçando os princípios de equidade para que esses estudantes não sejam invisibilizados



em sua trajetória educacional.

Perante a lei, a seguridade desse direito não se restringe apenas a estudantes com deficiências, mas a todos que apresentam dificuldades de acesso, permanência e aproveitamento escolar, como os estudantes hospitalizados. Regulamentado pela lei 13.716/2018, o atendimento pedagógico hospitalar e domiciliar é uma alternativa viável em casos emergenciais. No entanto, a educação inclusiva é um direito de todos, e o acesso à escola regular deve ocorrer em igualdade de condições. Dessa forma, a reinserção do estudante, afastado por motivos de saúde, precisa ser assegurada no ensino regular. O que implica em uma reorganização da escola e de sua estrutura didático-pedagógica, contribuindo para a permanência do aluno na escola, por meio de adaptações que considerem a sua realidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) ao assinalar a Educação Especial como uma modalidade de educação transversal no currículo escolar, direciona os sistemas de ensino a organizarem-se para atender as demandas específicas de estudantes com necessidades especiais, sugere adaptações curriculares, metodológicas e de acesso para crianças e adolescentes com deficiências, e todos àqueles que vivenciam necessidades especiais, com o objetivo de promover sua inclusão no sistema regular de ensino.

Sousa e Silva (2020) argumenta que, crianças e adolescentes que convivem com uma condição de saúde, em virtude de suas necessidades, são invisíveis no contexto educativo, principalmente quando seus educadores não têm conhecimento sobre a sua saúde, o desconhecimento dos fatores que o afetam, apresenta-se como um agravante ao processo de inclusão na escola. Estudos apontam que a educação em saúde é um conceito que precisa ser ampliado nos sistemas formais e não formais de ensino, promovendo o compartilhamento de saberes e a socialização do conhecimento (Pimentel, 2021; Ribeiro *et al.*, 2022). A democratização da informação é importante para prevenir formas de exclusão social.

A atenção à diversidade e a saúde na escola são processos que requerem formação docente, para que a partir do reconhecimento da necessidade do escolar, estratégias pedagógicas flexíveis venham ser adaptadas às suas realidades. A formação do professor em uma perspectiva inclusiva, nesse contexto, requer ações direcionadas ao reconhecimento das diferenças e a busca de estratégias eficazes para sua superação.



O reconhecimento da identidade do escolar se remete ao pertencimento do indivíduo ao meio em que esta inserido, logo, a formação do professor deve possibilitar ampliar horizontes culturais, de modo que suas práticas de ensino, estejam pautadas na valorização das diferenças (Mantoan, 2017; Gatti, 2019). Nessa perspectiva, ações relacionadas ao ensinar na escola exigem uma nova configuração, especialmente nos casos em que o aluno, encontra-se impossibilitado de manter a assiduidade e a frequência regular, por motivos de saúde. Manter o vínculo social e buscar estratégias de promoção da aprendizagem pode ser uma medida eficaz para que o estudante, sinta-se parte integrante do processo educativo.

Assim, assegurar o direito a educação à crianças e adolescentes que enfrentam uma condição de saúde comprometedora do ingresso, da permanência e da aprendizagem requer a construção de práticas de participação ativa para esses estudantes nos espaços educacionais, por meio de propostas inclusivas que favoreçam seu desenvolvimento integral, possibilitando, então, um percurso escolar mais equitativo.

O papel das tecnologias digitais na prática inclusiva

As tecnologias digitais, no cenário educativo, apresentam-se como oportunidade de ampliação dos espaços educacionais e possibilidades mais dinâmicas de aprendizagens para esse grupo, pois elas podem favorecer a construção do conhecimento dos estudantes em diferentes níveis e necessidades . Ainda que, seu uso de forma solitário não garanta a eficácia nas propostas de ensino, sua adoção pelos educadores, quando associado a um planejamento direcionado as necessidades dos estudantes, pode favorecer novas oportunidades de conhecimento.

Segundo Pimentel *et al.* (2021) os jogos digitais voltados a educação popular em saúde são recursos eficazes para o compartilhamento de saberes, pois possibilitam que todos os alunos, inclusive o público da educação inclusiva, vivenciem os cenários propostos. Essa abordagem pode permitir a socialização do saber e a participação ativa de todos os estudantes envolvidos no processo educativo, estimulando não apenas o aprendizado, mas a empatia e a solidariedade, a favor de uma educação fundamentada nos princípios da educação inclusiva.

Ao tratar da educação inclusiva, Mantoan (2015) ressalta que a tecnologia no mundo atual apresenta novos formatos de ensino, sua expansão impulsiona modelos



inovadores de interação, com avanços capazes de estabelecer novas conexões, que transformam as formas de socialização e apropriação do conhecimento. Nesse contexto, ampliam-se as possibilidades de acesso à educação. O professor, por conseguinte, atuante na educação inclusiva, não pode estar a quem dessas mudanças.

Alves e Araújo (2017) assinalam a dificuldade apresentada pelos docentes no uso das ferramentas digitais com crianças e adolescentes que possuem necessidades específicas, a ausência de formação para aplicabilidade desses recursos em propostas de ensino direcionadas as condições dos estudantes é um agravante que requer esforços para efetivação. É importante reconhecer que essas ações não podem estar desarticuladas de um plano estratégico que contemple as variáveis nas aprendizagens e as condições de acesso apresentadas pelos estudantes.

De forma complementar, estudos de Ferreira e Gomes (2021) apresenta a ampliação no uso dessas ferramentas por estudantes com necessidades especiais de saúde. As evidências sugerem o fomento desses recursos em propostas de ensino que viabilizem o compartilhamento de saberes para atender a diversidade de estudantes recebidos nas escolas.

Dessa forma, as tecnologias não podem ser tratadas, separadamente, principalmente, quando se refere a inclusão de alunos com necessidades especiais. Processo pelo qual demanda maior atenção, dada a necessidade de ampliação do direito desse público, a educação. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) regulamenta o acesso a educação a todo aquele que por algum motivo necessita de apoio educacional específico, ela estabelece a acessibilidade a equipamentos, mobiliários, a comunicação e informação nos sistemas educativos como premissa para o desenvolvimento cognitivo, social e físico a crianças e adolescentes com necessidades especiais.

Os estudantes que apresentam necessidades especiais em saúde, como afirma Neves *et al.* (2017) fazem parte de um grupo que necessita ser incluído nas escolas. Para que se efetive, os professores precisam ser preparados, saber operar com efetividade recursos e ferramentas em um contexto metodológico que o auxilie em suas propostas, viabilizando, assim, a superação dos obstáculos que impedem a participação ativa e o desenvolvimento cognitivo e social desses alunos nas escolas.

Assegurar, portanto, a efetividade dessas ações requer um conhecimento que



transcenda a dimensão pedagógica, envolve estratégias e ferramentas que contribuam para a aprendizagem no ambiente escolar. A tecnologia aliada a formação do professor para o fortalecimento de práticas de ensino na educação inclusiva, pode proporcionar o acesso à educação a crianças e adolescentes que, por motivos de saúde, apresentam necessidades de aprendizagem e encontram-se, temporariamente, afastados do convívio escolar.

METODOLOGIA

Diante dos conceitos propostos, esta pesquisa adotou uma abordagem mista de caráter exploratório, com objetivo de analisar a aceitabilidade e a usabilidade das tecnologias digitais voltadas a propostas didáticas inclusivas por professores da Educação Básica, atuantes em classes regulares nas escolas. A abordagem utilizada, justifica-se pela necessidade de identificar lacunas na formação inicial e continuada dos professores, diante das exigências do mundo contemporâneo, em especial no atendimento ao público da educação inclusiva, voltadas a alunos com condições específicas de saúde.

Segundo Gil (2008) a pesquisa científica é um processo de análise que requer planejamento para solução de um problema que esta sendo investigado. Assim, participaram da pesquisa quarenta e seis (46) profissionais da educação atuantes em uma rede publica de ensino, localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro. A coleta dos dados foi realizada por meio de um questionário eletrônico, contendo perguntas fechadas e outras abertas, enviado aos participantes, que mediante consentimento, aceitaram participar da pesquisa.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Os dados coletados foram organizados em uma planilha *excell* e submetidos a análise, para demonstração sintética dos resultados coletados.

Os dados foram organizados em tabelas, evidenciando a frequencia das respostas e os percentuais relativos as variáveis investigadas. A interpretação dos resultados considerou as informações fornecidas pelos participantes, sendo distribuidas em categorias, conforme o questionário proposto. Os dados permitiram a representação de indicadores para análise.



Tabela 1: Perfil dos participantes

Variável	Frequência absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Faixa etária: 30 - 40 anos	8	17%
Faixa etária: 40 - 50 anos	21	45%
Faixa etária: mais de 50 anos	17	36%
Tempo de docência: até 5 anos	5	10%
Tempo de docência: 5 - 10 anos	12	26%
Tempo de docência: 10 - 15 anos	8	17%
Tempo de docência: mais de 15 anos	21	45%

Fonte: próprios autores

A tabela 1 apresenta o perfil dos participantes da pesquisa, destacando duas variáveis importantes, a idade do público participante e o tempo de atuação na Educação Básica. A escolha dessas variáveis se justifica pela importância que elas inferem na compreensão das experiências dos profissionais da educação. A faixa etária pôde retratar os diferentes níveis de atuação dos profissionais na carreira docente, refletir percepções e estratégias em sua atuação pedagógica. Quanto ao tempo de atuação, esse permitiu compreender o grau de familiaridade do profissional com o cenário investigado.

Como representado na tabela, a frequência absoluta corresponde ao quantitativo de participantes em cada categoria, enquanto a frequência relativa expressa o percentual frente ao total de investigados. Observa-se que, a maior parte dos participantes da pesquisa, encontra-se na faixa de quarenta (40) a cinquenta (50) anos de idade, com tempo de docência superior a quinze (15) anos. Os dados demonstram que, majoritariamente, trata-se de um público experiente, com ampla vivência no contexto educacional.

Tabela 2: Formação e experiência docente

Item avaliado	Sim (n)	Sim (%)	Não (n)	Não (%)
Em sua formação inicial ou continuada houve abordagem sobre a utilização das tecnologias digitais aplicadas a educação?	35	76%	11	23%
Você recebeu algum aluno com doença crônica a ser incluído no ensino regular?	26	56%	20	43%

Fonte: próprios autores

No que se refere à formação dos profissionais investigados sobre o uso das



tecnologias aplicadas a educação, como apresentado na tabela 2, observou-se que a maior parte já possuía formação prévia para uso das tecnologias, ao menos no âmbito educacional. Esse dado é importante ao confrontarmos com a segunda questão apresentada: estudantes com condições de saúde foram recebidos nas escolas regulares, por mais da metade dos participantes do estudo. Esses dois aspectos elucidam que a formação dos docentes pode favorecer práticas inclusivas para esse público nas escolas, especialmente quando necessitam de adaptações pedagógicas e modalidades de ensino alternativas.

Corroborando com Mantoan (2015) para que a escola atual se transforme em um ambiente inclusivo é necessário recriar os modelos de ensino de forma que atenda a todos. Dessa forma, as inovações sociais podem ser potencializadoras do fazer pedagógico a medida que contribui para estratégias de ensino. A esse respeito, Ferreira e Júnior (2021) argumentam que o uso de aplicativos e jogos digitais direcionados a esse público pode favorecer relações positivas, estimular habilidades emocionais, incentivar a construção do conhecimento educacional sobre si e influenciar, positivamente, o tratamento da própria saúde. Acreditamos que esses recursos quando socializados com os pares pode favorecer o reconhecimento da diversidade e estimular práticas de inclusão e democratização na escola.

Tabela 3: Percepção dos participantes sobre a tecnologia na educação inclusiva

Item avaliado	Considero importante, mas desconheço práticas	Pouca informação, há necessidade de formação	Falta investimento e acesso
Você considera importante utilizar as tecnologias digitais para atender estudantes público alvo da educação inclusiva, em especial aqueles que apresentam condições de saúde?	26	7	3

Fonte: próprios autores

A tabela 3 apresenta a percepção dos participantes do estudo sobre o uso das tecnologias no processo de inclusão de crianças e adolescentes com condições de saúde no ensino regular. A questão foi proposta em formato aberto, permitindo a identificação de padrões nas respostas. Para dar clareza a interpretação, os dados foram organizados em categorias temáticas.

A análise revela que a maioria dos profissionais, vinte e seis (26) dos quarenta e



seis (46) docentes reconhecem a importância da tecnologia digital para a inclusão, mas desconhecem práticas para sua aplicação. Esse dado evidencia uma lacuna entre o conhecimento teórico adquirido pelos profissionais sobre o uso da tecnologia e sua aplicação na prática em vivências reais no contexto escolar. Gatti *et al.* (2019) apontam a fragilidade entre o conhecimento teórico e a atividade pedagógica, ressaltando a importância de desenhar um currículo formativo que atenda as diferentes dimensões e prepare o professor para a atividade docente na educação inclusiva.

Além disso, sete (7) participantes relataram a escassez de informações sobre metodologias e recursos tecnológicos para estudantes com condições específicas de saúde incluídas no ensino regular, afirmando que se faz necessário ações formativas sobre essa temática para inclusão efetiva desse grupo nas escolas. Sobre o uso das tecnologias digitais no âmbito da educação inclusiva, Alves e Araújo (2017) afirmam a necessidade de seleção de tecnologias especializadas para prover a acessibilidade do aluno com necessidades especiais ao currículo, e ressaltam que estratégias adequadas precisam ser discutidas durante a formação docente para assegurar a aprendizagem desse grupo nas escolas.

A partir dessa perspectiva, Ribeiro *et al.* (2021) salientam que jogos digitais são excelentes recursos para compreensão sobre a educação em saúde e apresenta fatores positivos sobre seu impacto na educação, especialmente na educação de populações vulneráveis. O uso dessas ferramentas aplicadas ao contexto sociocultural de crianças e adolescentes que vivenciam uma condição específica de saúde pode promover o empoderamento e favorecer a participação ativa desses estudantes com seus pares nas escolas.

Outro ponto relevante foi a percepção de três (3) investigados, o qual destacaram a importância de investimento público, não apenas para a formação dos profissionais da educação, mas na ampliação do acesso às tecnologias nas unidades escolares, tendo em vista uma inclusão escolar mais equitativa.

CONCLUSÃO

A partir da análise realizada neste estudo, conclui-se que a inclusão de crianças e adolescentes com doenças crônicas no ensino regular necessita de recursos, adaptações e, sobretudo, fortalecimento de práticas que estejam sustentadas por uma formação



profissional sensível, reflexiva e contextualizada. As tecnologias digitais, embora se apresentem como recursos potenciais, requerem o desenvolvimento de competências específicas na formação docente, para que sejam utilizadas com intencionalidade, de modo a atender a necessidade desses estudantes. Nesse sentido, a investigação sugere a elaboração de novos processos formativos que contemplem o uso das tecnologias digitais, não apenas de forma técnica, mas inserida em espaços dialógicos e reflexivos sobre sua aplicação com o público da educação inclusiva, ressaltando o direito à educação para estudantes com condições de saúde, bem como a construção de estratégias de adaptação curricular para esse público nas escolas. A educação em saúde, como apontado na literatura, pode ser um caminho promissor nesse processo.

A formação do professor, portanto, quando comprometida com a equidade educativa, pode contribuir para práticas tecnológicas inclusivas voltadas a crianças e adolescentes que enfrentam condições relacionadas à saúde. Essa formação deve pautar-se no reconhecimento e na valorização da diversidade como princípio fundamental para uma educação que atenda à todos.

REFERÊNCIAS

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: um panorama da saúde no Brasil, acesso e utilização dos serviços, condições de saúde e fatores de risco e proteção à saúde, Rio de Janeiro: IBGE; 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/panorama.pdf> Acesso: 07. Maio.2025

SOUSA, F.M.; SILVA, M.C.R. O direito à escolarização de crianças e adolescentes com doenças crônicas no Brasil: uma análise a partir do pensamento complexo e da teoria crítica. **Educação**, 45 (1), e 17/1–21. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/40327> . Acesso: 19 de mar. 2024.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RIBEIRO, C. C. M. ; PIMENTEL, A. G. ; ALBUQUERQUE, V. M. L. ; MARXSEN, M. ; MOREL, A. P. M. ; SPIEGEL, C. N. . Os Jogos e educação popular em saúde: Uma revisão bibliográfica dos jogos educativos no contexto da pandemia da covid-19. **Praxis**, v. 14, p. 117-132, 2022. Disponível: <https://revistas.unifoa.edu.br/praxis/article/view/3944>. Acesso: maio. 2025.

PIMENTEL, A.G; SPIEGEL, C. N. ; MOREL, A. P. M.; RIBEIRO, C. C. M.; GOMES, S. A. O.; ALVES, G. G. Concepções de Educação em Saúde nos Jogos Didáticos sobre Aedes Aegypti no Brasil: Uma revisão integrativa. **Investigações em ensino de ciências (online)**, v. 26, p. 285-304, 2021. Disponível em:



<https://ienci.if.ufrgs.br/index.php/ienci/article/view/2320>. Acesso: maio. 2025.

NEVES, A. T.; DONADUZZI, D. S. da S.; SANTOS, R. P. dos; KEGLER, J. J.; SILVA, J. H. da; NEVES, E. T. O processo de inclusão de crianças com necessidades especiais de saúde na educação infantil. **Revista de Enfermagem da UFSM**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 374–387, 2017. DOI: 10.5902/2179769225623. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/25623>. Acesso em: 17 maio. 2025.

PINTO, M. B.; DANTAS SOARES, C. C.; SANTOS, N.C. C. de B.; PIMENTA, E. A. G.; REICHERT, A. P. da S.; COLLET, N. Percepção de mães acerca da inclusão escolar de crianças com doença crônica. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, Recife, v. 11, n. 3, p. 1200–1206, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaenfermagem/article/view/1349>. Acesso: 10 maio. 2025.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL. Lei nº 13.716, de 24 de setembro de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

BRASIL, Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 27833, 23 de dez.1996.

MANTOAN, M.T.E. Inclusão, diferença e deficiência: sentidos, deslocamentos, proposições. **Inclusão Social**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2017. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4030>. Acesso em: 13 maio. 2025.

ALVES, L.R.G.; ARAÚJO, K.F. Tecnologias digitais e assistivas: mediando o processo de aprendizagem profissional dos alunos. **Informática na Educação: teoria e prática**. Porto Alegre, v. 20, n.4, dez. 2017. p. 63-77.

Ferreira, D.P.; Junior, S.C.S.G. Aplicativos móveis desenvolvidos para crianças e adolescentes que vivem com doenças crônicas: uma revisão integrativa. **Interface (Botucatu)**. 2021; 25: e200648 <https://doi.org/10.1590/interface.200648>. Acesso em: 30 de mai.2024

Gatti, B. A. **Professores do Brasil**: novos cenários de formação / Bernardete Angelina Gatti, Elba Siqueira de Sá Barretto, Marli Eliza Dalmazo Afonso de André e Patrícia Cristina Albieri de Almeida. – Brasília: UNESCO, 2019.

